



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1081/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1710/2014 (04 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Pedro da Costa Carvalho, Superintendente da SMTU.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Informação nº. 482/2015 (fl.682) e DICA-MA – Informação nº 50/2015 (fls. 686/692).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3624/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 693/695).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU. Exercício de 2013.

Contas irregulares. Multas. Prazo. Determinação à Origem. Notificação ao interessado. Determinação à próxima comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, referente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do ordenador de despesa, **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, Superintendente da SMTU, conforme o art. 22, inciso III, “b”, c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Aplicar multa ao **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, Superintendente da SMTU, exercício 2013, com fulcro no artigo 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM c/c art. 54, II, da Lei nº 2.423/96, no valor de **R\$ 8.800,00**; em face do disposto nos itens 19/22; 38, do relatório/voto;

9.3- Aplicar multa ao **Sr. Pedro da Costa Carvalho**, Superintendente da SMTU, exercício 2013, com fulcro no artigo 308, V, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM c/c art. 54, III, da Lei nº 2.423/96, no valor de **R\$ 4.400,00**; em face do disposto nos itens 12/18; 23/28; 35/37, do relatório/voto;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das **multas no montante de total de R\$ 13.200,00** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1081/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Determinar à origem que adote os procedimentos legais aplicáveis a entidade, especificamente acerca da(o):

9.5.1- Regularização dos registros contábeis próprios de forma a evidenciar a real situação patrimonial da Autarquia;

9.5.2- Acompanhamento dos seus créditos, visando evitar prejuízos futuros decorrentes da impossibilidade de cobrança da dívida;

9.5.3- Fiscalização do adimplemento das concessões de uso sob a sua responsabilidade;

9.5.4- Integralização dos sistemas informatizados de arrecadação e o sistema de registros contábeis para que a receita auferida seja contabilizada tempestivamente;

9.5.5- Necessidade/utilidade do serviço de acompanhamento de publicações, e da possibilidade de inclusão da atividade como competência de algum dos cargos da Autarquia, reduzindo os custos para o exercício da atividade.

9.6- Notificar o Sr. Pedro da Costa Carvalho com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

9.7- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das determinações efetuadas à origem, sob pena de multa à Autarquia em caso de reincidência, com fulcro no art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julío Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral